ReGeo
ISSN: 2177-3246

INTELIGÊNCIA TERRITORIAL EM CIDADE MÉDIA TURÍSTICA: LIMITES INSTITUCIONAIS AO DTI EM CALDAS NOVAS

TERRITORIAL INTELLIGENCE IN A MEDIUM-SIZED TOURIST CITY: INSTITUTIONAL LIMITS TO TERRITORIAL INTELLIGENCE IN CALDAS NOVAS

INTELIGENCIA TERRITORIAL EN UNA CIUDAD TURÍSTICA DE TAMAÑO MEDIO: LÍMITES INSTITUCIONALES A LA INTELIGENCIA TERRITORIAL EN CALDAS NOVAS

10.56238/revgeov17n3-083

Erica Paula Costa Buzinhani
Mestranda em Desenvolvimento Regional
Instituição: Centro Universitário Alves Farias (UNIALFA)
E-mail: epbuzinhani@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-3071-6696

Gustavo Garcia do Amaral
Doutor em Architecture Technology
Instituição: Centro Universitário Alves Farias (UNIALFA)
E-mail: gustavo.amaral@unialfa.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0260-2967

RESUMO
O presente artigo analisa como a inteligência territorial e o uso estratégico de dados são fundamentais para o planejamento urbano moderno, especialmente em cidades médias voltadas ao turismo. Utilizando o município de Caldas Novas (GO) como objeto central, a pesquisa investiga se a digitalização de serviços e a existência de marcos legais, como a tributação de plataformas de aluguel por temporada, resultam em uma gestão eficiente. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, baseada em análise documental e verificação institucional in loco em órgãos municipais e de emergência. O estudo argumenta que a inovação tecnológica isolada é insuficiente, pois a verdadeira governança exige a interoperabilidade de sistemas e a centralização de informações entre diferentes secretarias. Os resultados indicam que, embora existam avanços normativos, a fragmentação administrativa e a falta de análise georreferenciada impedem a consolidação de um Destino Turístico Inteligente (DTI). Conclui-se que o maior desafio para essas cidades não é a aquisição de ferramentas digitais, mas sim a superação de limites institucionais para transformar dados dispersos em estratégias de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Inteligência Territorial. Planejamento Urbano. Caldas Novas. Destinos Turísticos Inteligentes. Governança de Dados.

ABSTRACT
This article analyzes how territorial intelligence and the strategic use of data are fundamental for modern urban planning, especially in tourism-oriented medium-sized cities. Using the municipality of

Caldas Novas (GO) as the central object, the research investigates whether the digitalization of services and the existence of legal frameworks, such as the taxation of short-term rental platforms, result in efficient management. Methodologically, a qualitative case study approach was adopted, based on documentary analysis and in loco institutional verification in municipal and emergency agencies. The study argues that isolated technological innovation is insufficient, as true governance requires system interoperability and the centralization of information among different secretariats. The results indicate that, although there are normative advances, administrative fragmentation and the lack of georeferenced analysis prevent the consolidation of a Smart Tourism Destination (STD). It is concluded that the main challenge for these cities is not the acquisition of digital tools, but rather the overcoming of institutional limits to transform scattered data into regional development strategies.

Keywords: Territorial Intelligence. Urban Planning. Caldas Novas. Smart Tourism Destinations. Data Governance.

RESUMEN

El presente artículo analiza cómo la inteligencia territorial y el uso estratégico de datos son fundamentales para el planeamiento urbano moderno, especialmente en ciudades medias orientadas al turismo. Utilizando el municipio de Caldas Novas (GO) como objeto central, la investigación indaga si la digitalización de servicios y la existencia de marcos legales, como la tributación de plataformas de alquiler temporario, resultan en una gestión eficiente. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo de tipo estudio de caso, basado en el análisis documental y la verificación institucional in loco en organismos municipales y de emergencia. El estudio sostiene que la innovación tecnológica aislada es insuficiente, ya que la verdadera gobernanza exige la interoperabilidad de sistemas y la centralización de información entre diferentes secretarías. Los resultados indican que, aunque existen avances normativos, la fragmentación administrativa y la falta de análisis georreferenciado impiden la consolidación de un Destino Turístico Inteligente (DTI). Se concluye que el mayor desafío para estas ciudades no es la adquisición de herramientas digitales, sino la superación de límites institucionales para transformar datos dispersos en estrategias de desarrollo regional.

Palabras clave: Inteligencia Territorial. Planeamiento Urbano. Caldas Novas. Destinos Turísticos Inteligentes. Gobernanza de Datos.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o planejamento urbano e regional tem passado por um processo de reconfiguração marcado pela incorporação de tecnologias digitais, sistemas de informação e estratégias orientadas por dados. Historicamente, o planejamento urbano brasileiro estruturou-se a partir de instrumentos legais e regulatórios que refletiam as condições políticas e institucionais de cada período (VILLAÇA, 1999; MARICATO, 2001; ROLNIK, 2021). Contudo, o avanço da urbanização, a crescente complexidade socioespacial e as demandas por maior eficiência e transparência evidenciaram os limites desses modelos predominantemente normativos, abrindo espaço para abordagens fundamentadas na integração informacional e na coordenação estratégica (DEPINÉ; TEIXEIRA, 2021).

Nesse contexto, a noção de inteligência territorial ganha centralidade. Para Firmino (2007), a incorporação de tecnologias digitais ao planejamento representa mais do que modernização técnica: trata-se de transformação institucional que redefine a produção e a gestão do território. Bugs (2014) complementa ao afirmar que o planejamento contemporâneo passa a incorporar dimensões estratégicas orientadas por dados, informação e inovação institucional. A inteligência territorial, portanto, envolve capacidade organizacional, integração intersetorial e uso qualificado de informações territoriais, não se limitando à simples adoção de ferramentas tecnológicas.

Paralelamente, consolida-se o debate sobre cidades inteligentes, cujo marco inicial enfatiza dimensões como governança, mobilidade, economia e meio ambiente (GIFFINGER et al., 2007). Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2011) reforçam que o diferencial dessas experiências reside na capacidade institucional de produzir e utilizar informações de forma estratégica para o desenvolvimento urbano. Entretanto, a difusão desse paradigma em contextos nacionais diversos revela tensões importantes, sobretudo quando aplicado às cidades médias brasileiras, frequentemente marcadas por fragmentação administrativa e limitações estruturais.

No Brasil, a discussão sobre inteligência territorial deve ser articulada à trajetória histórica do planejamento urbano, caracterizada por desigualdades socioespaciais e por uma organização institucional compartimentada (MARICATO, 2001; ROLNIK, 2021). A digitalização de serviços públicos, quando dissociada de reorganização administrativa e de centralização estratégica de dados, tende a reproduzir a fragmentação existente. Assim, a inovação tecnológica, por si só, não assegura governança integrada nem fortalecimento do planejamento territorial.

Esses desafios assumem contornos mais evidentes nas cidades médias, que desempenham funções regionais relevantes na rede urbana brasileira, mas nem sempre dispõem de capacidade técnica e administrativa compatível com a complexidade de suas dinâmicas territoriais (FIRMINO, 2007). A ausência de interoperabilidade entre secretarias, a dispersão de bancos de dados e a inexistência de

instâncias formais de coordenação informacional limitam a consolidação de sistemas permanentes de inteligência territorial integrada.

Quando tais cidades apresentam forte especialização econômica no turismo, a complexidade se intensifica. O turismo, enquanto atividade associada à produção do espaço, impacta diretamente na infraestrutura urbana, uso do solo, mobilidade e gestão ambiental (BARRETTO, 2003; BENI, 2006; PANOSSO NETO, 2010). Fluxos sazonais de visitantes e variações na demanda por serviços exigem instrumentos de monitoramento e planejamento capazes de lidar com variáveis espaciais e temporais dinâmicas. Nesses contextos, a inteligência territorial constitui condição estruturante da governança.

Caldas Novas (GO) insere-se nesse debate como cidade média cuja dinâmica socioeconômica é fortemente dependente do turismo. A intensidade e permanência dos fluxos turísticos ampliam a complexidade da gestão urbana e demandariam sistemas integrados de informação aptos a subsidiar decisões estratégicas sobre ordenamento territorial, infraestrutura e sustentabilidade. Contudo, a consolidação de uma inteligência territorial não se resume à presença de tecnologias ou à digitalização de procedimentos administrativos. Trata-se de processo institucional que envolve centralização de dados, padronização de fluxos informacionais, interoperabilidade e capacidade analítica contínua (BUGS, 2014; AUNE, 2017).

Parte-se da hipótese de que, em Caldas Novas, apesar da relevância econômica do turismo e da incorporação pontual de ferramentas digitais, persistem limites institucionais associados à fragmentação informacional e à inexistência de centralização sistemática de dados. Tais limites condicionam a viabilidade do próprio modelo de Destino Turístico Inteligente, evidenciando que sua consolidação depende da maturidade institucional da governança territorial.

Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa baseada em análise documental da estrutura administrativa municipal, exame de normativas locais e mapeamento da organização informacional das secretarias. Busca-se compreender como os dados territoriais são produzidos, compartilhados e utilizados, identificando entraves institucionais que incidem sobre a consolidação de uma inteligência territorial integrada.

Ao situar o debate no campo do planejamento regional, o artigo sustenta que a efetivação do Destino Turístico Inteligente em cidades médias brasileiras está diretamente vinculada à capacidade de estruturar sistemas permanentes de inteligência territorial. Mais do que aderir a modelos normativos, torna-se fundamental compreender as condições institucionais concretas que definem os limites e as possibilidades da inovação na governança do território.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTELIGÊNCIA TERRITORIAL E PLANEJAMENTO URBANO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A noção de inteligência territorial emerge no debate contemporâneo como suporte fundamental à tomada de decisão, à coordenação interinstitucional e ao fortalecimento da governança territorial (BUGS, 2014; AUNE, 2017). Associada ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) e de ferramentas de georreferenciamento, a inteligência territorial pressupõe a articulação entre produção de informação, capacidade institucional e integração administrativa. Sua consolidação responde ao aumento da complexidade socioespacial e à ampliação das demandas por eficiência, transparência e participação social, abrindo espaço para abordagens mais integradas de planejamento e gestão (DEPINÉ; TEIXEIRA, 2021).

No campo internacional, a incorporação de tecnologias digitais ao planejamento foi inicialmente associada ao paradigma das cidades inteligentes (*smart cities*) (HOLLNADS, 2008), cuja formulação sistematizada por Giffinger et al. (2007) estabeleceu dimensões analíticas voltadas à competitividade urbana, mobilidade, meio ambiente e governança. Posteriormente, Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2011) enfatizaram que a "inteligência" urbana não reside apenas na infraestrutura tecnológica, mas na capacidade institucional de transformar informação em estratégia de desenvolvimento.

Entretanto, a transposição desse paradigma para o contexto brasileiro exige cautela analítica. A trajetória do planejamento urbano no Brasil revela um processo historicamente marcado por forte centralidade normativa e por limitações estruturais relacionadas à desigualdade socioespacial. Conforme analisa Villaça (1999), o planejamento urbano brasileiro consolidou-se como instrumento regulatório associado à organização do uso do solo, frequentemente dissociado de mecanismos efetivos de coordenação territorial. Maricato (2001) aprofunda essa leitura ao evidenciar como a produção do espaço urbano se estruturou em meio a profundas assimetrias sociais, o que impactou diretamente a capacidade do Estado de implementar políticas integradas. Mais recentemente, Rolnik (2021) destaca que os instrumentos urbanísticos, embora ampliados nas últimas décadas, continuam operando sob tensões institucionais e limitações administrativas.

Nesse cenário, a inteligência territorial no Brasil não pode ser compreendida apenas como inovação tecnológica, mas como desafio institucional. Firmino (2007) argumenta que a incorporação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no planejamento urbano redefine a relação entre espaço, poder e informação, introduzindo novas formas de monitoramento e gestão do território. Contudo, essa transformação depende da capacidade de integração entre diferentes escalas de atuação e setores administrativos, sejam eles locais, regionais e nacionais. A tecnologia, isoladamente, não

produz coordenação territorial; ela potencializa capacidades já existentes ou evidencia suas fragilidades.

Bugs (2014) reforça essa perspectiva ao demonstrar que o planejamento orientado por dados exige reorganização administrativa, interoperabilidade entre sistemas e produção contínua de informação georreferenciada. A utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), cadastros territoriais e plataformas digitais amplia o potencial analítico da gestão urbana, mas sua efetividade está condicionada à existência de fluxos institucionais consolidados e de cultura organizacional voltada ao compartilhamento de dados (AUNE, 2017).

A discussão recente sobre governança territorial no Brasil também aponta para a necessidade de integração informacional como condição para políticas públicas mais eficazes. Depiné e Teixeira (2021) destacam que a fragmentação administrativa compromete a coordenação intersetorial e limita a capacidade do poder público de formular estratégias baseadas em evidências. A governança, nesse sentido, não se reduz à participação ou à descentralização, mas envolve a construção de arranjos institucionais capazes de articular informação, decisão e implementação de políticas públicas (NAM & PARDO, 2011).

Quando se desloca essa discussão para as cidades médias, o debate ganha contornos específicos. As cidades médias brasileiras desempenham papel estratégico na articulação regional, concentrando serviços, fluxos econômicos e funções administrativas (SPOSITO, 2007; REGIC, 2021). Contudo, muitas dessas cidades operam com estruturas administrativas reduzidas, baixa integração tecnológica e limitada centralização de dados. A ausência de instâncias formais de inteligência territorial tende a produzir decisões setoriais desconectadas, dificultando o planejamento de médio e longo prazo.

Assim, a inteligência territorial em cidades médias deve ser compreendida como capacidade institucional de produzir, integrar e utilizar informações territoriais de forma estratégica, articulando diferentes secretarias, escalas e políticas públicas (BOYKO et al., 2006; FIRMINO, 2007; NAM & PARDO, 2011; KITCHIN, 2014). Essa capacidade envolve centralização de bases de dados, interoperabilidade entre sistemas, padronização de informações e institucionalização de rotinas analíticas permanentes (AUNE, 2017).

Ao invés de assumir a inteligência territorial como resultado automático da digitalização administrativa, torna-se necessário analisá-la como processo político-administrativo que depende de coordenação, cultura organizacional e maturidade institucional (GIL-GARCIA, 2012). Em contextos nos quais prevalece a fragmentação informacional, a adoção de discursos associados a cidades inteligentes ou a modelos derivados pode produzir efeitos limitados, pois carece de base estrutural que sustente sua operacionalização.

Dessa forma, compreender os limites institucionais da inteligência territorial em cidades médias brasileiras implica examinar a estrutura administrativa concreta, os fluxos de informação existentes e os mecanismos de integração intersetorial (KITCHIN, 2014). É nesse ponto que a análise empírica do caso de Caldas Novas se insere, permitindo observar como tais dimensões se materializam em contexto marcado por forte especialização turística e elevada complexidade territorial.

2.2 INTELIGÊNCIA TERRITORIAL E TURISMO: GOVERNANÇA TURÍSTICA E DTI

A relação entre turismo e território exige abordagem analítica que ultrapasse a compreensão do turismo como atividade econômica isolada. Conforme argumenta Barretto (2003), o turismo constitui prática social que reorganiza fluxos, usos do solo e dinâmicas urbanas, incidindo diretamente sobre a produção do espaço. Beni (2006), ao tratar do sistema turístico, enfatiza que o funcionamento da atividade depende da articulação entre infraestrutura, oferta de serviços, políticas públicas e ambiente institucional. Panosso Neto (2010) complementa essa leitura ao destacar que o turismo deve ser entendido como fenômeno multidimensional, envolvendo dimensões econômicas, culturais, espaciais e políticas.

Em cidades médias com forte especialização turística, tais dimensões se materializam de maneira intensificada. A presença de fluxos sazonais ou permanentes de visitantes amplia a demanda por infraestrutura urbana, pressiona serviços públicos e modifica padrões de uso e ocupação do solo. Mobilidade, saneamento, ordenamento territorial e gestão ambiental passam a operar sob variações temporais significativas, exigindo capacidade de monitoramento contínuo e coordenação intersetorial (BARRETTO, 2003; BENI, 2006; PANOSSO NETO, 2010).

Nesse contexto, a inteligência territorial assume papel estratégico (KITCHIN, 2014). A gestão de destinos turísticos complexos demanda integração entre dados de hospedagem, mobilidade, arrecadação, licenciamento urbano, meio ambiente e planejamento territorial (IGLESIAS; BERGARA, 2017). A ausência de centralização e interoperabilidade entre essas informações compromete a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e limita a capacidade do poder público de antecipar cenários ou mitigar impactos socioespaciais.

O debate internacional sobre Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) reforça essa perspectiva ao propor modelo de gestão baseado na integração entre tecnologia, inovação, governança, sustentabilidade e acessibilidade (BUHALIS; AMARANGGANA, 2013; GRETZEL et al., 2015). A experiência espanhola sistematizada pela SEGITTUR (2015)[1] e pelo INVAT.TUR (2015)[2] estrutura o

[1] SEGITTUR - *Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas.* É uma empresa pública espanhola, vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, referência internacional na gestão da inovação e tecnologia no turismo. Pioneira na definição e implantação do modelo de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI). https://www.segittur.es/destinos-turisticos-inteligentes/

[2] INVAT.TUR - *Instituto Valenciano de Tecnologías Turísticas.* Órgão da Comunidade Valenciana, na Espanha, focado na inteligência, inovação e tecnologia aplicadas ao turismo. Desenvolveu um modelo de gestão para transformar destinos

DTI como arranjo institucional orientado por dados, no qual a informação territorial desempenha função central no planejamento e na gestão do destino (GRETZEL et al., 2015). Mais recentemente, diretrizes nacionais também passaram a incorporar essa abordagem no Brasil (Modelo DTI Brasil), associando ao modelo espanhol dimensões como segurança, mobilidade, promoção e criatividade ao desenvolvimento turístico (BRASIL, 2024).

Entretanto, a operacionalização desse modelo depende de condições institucionais prévias. O DTI não se consolida apenas por meio da digitalização de serviços turísticos ou da oferta de plataformas informativas ao visitante (GRETZEL et al., 2015). Sua efetividade requer sistemas integrados de informação capazes de articular secretarias municipais, órgãos de planejamento, setor ambiental e instâncias responsáveis pelo ordenamento urbano (BUGS, 2014; AUNE, 2017). Trata-se, portanto, de processo que exige maturidade institucional e cultura administrativa orientada ao compartilhamento de dados (GIL-GARCIA, 2012; AUNE, 2017) .

Em cidades médias brasileiras, essa condição nem sempre está presente. Estruturas administrativas reduzidas, sistemas informacionais dispersos e ausência de instâncias formais de coordenação dificultam a consolidação de inteligência territorial aplicada ao turismo. A fragmentação entre setor turístico e planejamento urbano tende a produzir políticas setoriais desconectadas da gestão territorial mais ampla, limitando a capacidade estratégica do município.

Assim, a análise da inteligência territorial em cidades médias turísticas deve considerar não apenas a existência de iniciativas digitais, mas a forma como os dados são produzidos, integrados e utilizados na formulação de políticas públicas (MARTINS, 2020). A governança do turismo, nesse sentido, depende da articulação entre planejamento urbano, gestão ambiental, desenvolvimento econômico e infraestrutura, mediada por sistemas informacionais estruturados.

Ao articular turismo e inteligência territorial, evidencia-se que a consolidação de um Destino Turístico Inteligente constitui resultado de processo institucional mais amplo. Para Bugs (2014), a capacidade de monitorar fluxos, analisar impactos e coordenar intervenções territoriais está diretamente vinculada à centralização de dados e à interoperabilidade administrativa. Sem esses elementos, o discurso de inovação tende a operar de forma normativa, desvinculado das condições concretas de gestão (RABITE; SOUZA, 2020).

Essa discussão fornece base conceitual para a análise do caso de Caldas Novas, onde a especialização turística amplia a complexidade territorial e exige arranjos institucionais compatíveis com tal dinâmica. A investigação empírica permitirá observar em que medida a estrutura administrativa local sustenta — ou limita — a consolidação de uma inteligência territorial aplicada ao turismo, condicionando a viabilidade do modelo de Destino Turístico Inteligente.

em Destinos Turísticos Inteligentes (DTI), baseado em governança, sustentabilidade, acessibilidade, conectividade e inovação. https://invattur.es/

Assim, analisar a governança turística sob a perspectiva da inteligência territorial implica examinar a capacidade institucional de integrar dados, coordenar políticas públicas e transformar informação em estratégia de desenvolvimento regional (KITCHIN, 2014). É a partir dessa abordagem que se fundamenta a análise empírica do caso estudado, permitindo avaliar os limites e as potencialidades da aplicação do modelo DTI em contexto de elevada complexidade territorial.

2.3 SÍNTESE ANALÍTICA: DIMENSÕES DA INTELIGÊNCIA TERRITORIAL APLICADA AO TURISMO

A partir do percurso teórico desenvolvido, evidencia-se que a inteligência territorial aplicada ao turismo não se reduz à incorporação de tecnologias digitais ou à adesão formal ao modelo de Destino Turístico Inteligente (DTI). Trata-se de uma capacidade institucional estruturada, que articula informação territorial, coordenação administrativa e planejamento estratégico, orientando decisões públicas baseadas em evidências (BUGS, 2014; AUNE, 2017; NAM; PARDO, 2011).

Nesse sentido, a inteligência territorial configura-se como um arranjo sistêmico que depende não apenas de infraestrutura tecnológica, mas da integração entre dados, capacidade analítica e decisão política. Em cidades médias com forte especialização econômica no turismo, essa articulação torna-se ainda mais relevante, uma vez que a dinâmica territorial exige coordenação intersetorial e respostas baseadas em informação qualificada.

Para fins deste artigo, propõe-se um modelo analítico estruturado em três eixos interdependentes:

Quadro 1 – Eixo estrutural do modelo analítico

Eixo Estruturante	Dimensão Observável
(i) Infraestrutura informacional e interoperabilidade institucional	Refere-se à base técnico-institucional que sustenta a produção, armazenamento, compartilhamento e integração de dados no âmbito municipal. A ausência de interoperabilidade implica fragmentação informacional e inviabiliza a consolidação de inteligência territorial, reduzindo a gestão a processos de informatização administrativa isolada.
(ii) Capacidade técnico-institucional de processamento e uso estratégico de dados	Diz respeito à competência do aparato público para transformar dados brutos em informação qualificada e, posteriormente, em conhecimento estratégico. A inteligência territorial pressupõe capacidade analítica institucionalizada, incorporada às rotinas administrativas, e não apenas disponibilidade tecnológica.
(iii) Integração desses fluxos à formulação de políticas públicas	Representa a dimensão substantiva do modelo: a incorporação efetiva da informação territorial ao processo decisório, ao planejamento urbano e à formulação de políticas públicas voltadas ao turismo. Esse eixo conecta infraestrutura, capacidade institucional e decisão política, constituindo o núcleo da inteligência territorial aplicada.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os três eixos operam em lógica sequencial e cumulativa:

Infraestrutura → Capacidade Analítica → Decisão Estratégica

A ausência de qualquer um desses componentes compromete a consolidação de um sistema de inteligência territorial. Assim, a análise empírica não deve restringir-se à existência de ferramentas digitais, mas examinar sua articulação sistêmica e sua inserção no ciclo decisório.

Esses eixos estruturantes orientam a análise da maturidade institucional da inteligência territorial no município de Caldas Novas (GO), servindo como base para a construção da matriz analítica aplicada na seção metodológica.

3 CALDAS NOVAS

3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E ESPECIALIZAÇÃO TURÍSTICO-URBANA

A formação territorial de Caldas Novas está diretamente vinculada à exploração de suas águas termais desde o século XVIII, cuja notoriedade consolidou o município como um dos principais destinos hidrotermais do país. A descoberta e posterior valorização econômica das fontes termais (décadas de 1960 e 1970) estruturaram o processo de ocupação urbana, definindo uma trajetória de crescimento fortemente orientada pelo setor turístico.

Ao longo das últimas décadas, o município passou por expansão urbana acelerada (década de 1990), acompanhada pela consolidação de infraestrutura hoteleira, condomínios verticais e equipamentos de lazer aquático. Esse processo resultou em elevada especialização econômica no turismo, tornando a dinâmica urbana dependente da sazonalidade do fluxo de visitantes.

Essa condição produz três efeitos estruturais relevantes para a presente pesquisa:

(i) Sazonalidade populacional ampliada

Durante períodos de férias escolares e feriados prolongados, o município registra aumento expressivo da população flutuante, intensificando a circulação viária e a demanda por serviços públicos.

(ii) Pressão sobre mobilidade urbana e serviços de emergência

A concentração de empreendimentos turísticos em determinadas áreas gera maior densidade de tráfego em bairros centrais e eixos estruturantes, elevando o risco de sinistros viários e ampliando a demanda por atendimento emergencial.

(iii) Governança territorial

A coexistência de população residente e flutuante exige capacidade institucional para monitoramento contínuo da dinâmica urbana, planejamento preventivo e coordenação interinstitucional.

Apesar da centralidade econômica do turismo, o crescimento territorial ocorreu de forma relativamente acelerada, nem sempre acompanhado por mecanismos estruturados de integração informacional e planejamento orientado por evidências.

Nesse contexto, a consolidação de um sistema de inteligência territorial aplicada ao turismo torna-se variável estratégica para a gestão municipal, especialmente no que se refere à mobilidade urbana, segurança viária e organização espacial das atividades econômicas.

A análise empírica apresentada nas seções seguintes examina em que medida os dados produzidos pelos serviços públicos de urgência e de locação de imóveis para hospedagem refletem — ou limitam — essa capacidade institucional.

4 METODOLOGIA

4.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como abordagem qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, estruturada como estudo de caso único. A escolha metodológica fundamenta-se na necessidade de examinar, em profundidade, a organização institucional e os fluxos informacionais que sustentam — ou limitam — a consolidação da inteligência territorial em escala municipal.

Do ponto de vista estratégico, adota-se o estudo de caso como procedimento metodológico, tendo como unidade empírica o município de Caldas Novas. O estudo de caso permite examinar, de forma aprofundada e contextualizada, a realidade institucional, normativa e operacional do município, possibilitando a análise das condições estruturais para a implementação de modelos de governança digital e inteligência territorial.

A escolha do município fundamenta-se:

(i) na sua relevância econômica como principal destino turístico do estado de Goiás;
(ii) na ausência de consolidação de políticas estruturadas de cidade inteligente;
(iii) na possibilidade de acesso qualificado a dados institucionais e documentos administrativos;
(iv) sua condição de cidade média e relevância regional.

Tal escolha é favorecida pela experiência profissional da pesquisadora acumulada no serviço público municipal, especialmente nas áreas de planejamento estratégico e desenho urbano, bem como pelo conhecimento técnico e institucional construído ao longo de 16 anos de atuação como arquiteta e urbanista na Secretaria Municipal de Planejamento.

Essa inserção institucional não compromete o rigor científico da investigação; ao contrário, possibilita acesso qualificado a documentos, processos decisórios e dados administrativos, favorecendo análise detalhada das práticas de governança, dos instrumentos de planejamento e das limitações estruturais existentes no município.

A hipótese central da pesquisa sustenta que a inexistência de um sistema integrado de dados e de mecanismos estruturados de governança digital limita a capacidade do município de evoluir para um modelo de inteligência territorial aplicada à gestão urbana e turística. O método adotado foi estruturado de modo a testar empiricamente essa hipótese por meio da análise de indicadores sistematizados no item 2.3, quadro 1.

4.2 CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi elaborado a partir de levantamento bibliográfico sistemático em bases acadêmicas nacionais e internacionais, contemplando publicações científicas, livros, relatórios institucionais e documentos normativos relacionados aos seguintes eixos temáticos:

- Cidades Inteligentes;
- Governança Digital;
- Inteligência Territorial;
- Destinos Turísticos Inteligentes;
- Planejamento urbano orientado por dados.

Foram priorizadas produções com reconhecimento acadêmico consolidado e publicações recentes, a fim de assegurar atualização conceitual e aderência ao debate contemporâneo. A seleção do material considerou pertinência temática, consistência metodológica e relevância para a construção do modelo analítico adotado na pesquisa.

O referencial teórico fundamenta a definição das dimensões analíticas e dos indicadores utilizados para examinar o caso empírico.

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos de coleta de dados combinaram:

1. Levantamento bibliográfico;
2. Levantamento documental;
3. Procedimentos de verificação e complementação documental in loco.

O levantamento documental concentrou-se na análise de:

- Plano Diretor Municipal;
- legislação urbanística e normativa setorial;
- planos e relatórios institucionais;
- documentos administrativos;
- instrumentos de planejamento estratégico;

- dados institucionais disponíveis em portais oficiais.

A análise documental buscou identificar a existência (ou ausência) de:

- sistemas integrados de informação;
- plataformas digitais de monitoramento;
- políticas formais de governança digital;
- mecanismos de interoperabilidade institucional;
- instrumentos de gestão orientados por dados.

Como complemento à análise documental, foram realizadas visitas institucionais entre janeiro e março de 2025 a órgãos estratégicos da administração pública municipal, incluindo:

- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- Polícia Civil;
- Polícia Militar;
- Bombeiro Militar;
- Superintendência Municipal de Segurança e Mobilidade (SSM);
- Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SITEC);
- Secretaria Municipal de Turismo.

Essas visitas não configuram pesquisa de campo de natureza etnográfica ou entrevista estruturada, mas sim procedimentos de verificação e complementação documental in loco, com o objetivo de confirmar informações institucionais, compreender fluxos administrativos e verificar a existência operacional de sistemas tecnológicos mencionados (ou não) nos documentos oficiais.

4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio de abordagem qualitativa interpretativa, com base em análise documental sistematizada. Os documentos coletados foram organizados segundo as dimensões analíticas derivadas do referencial teórico, permitindo:

- cruzamento entre normativas e prática institucional;
- identificação de lacunas estruturais;
- avaliação do grau de maturidade digital do município;
- verificação empírica da hipótese central.

Os indicadores apresentados no item 2.3, Quadro 1, foram utilizados como matriz analítica para examinar a aderência do município aos parâmetros de governança digital e inteligência territorial.

Quadro 2 – Matriz Analítica da Inteligência Territorial Aplicada ao Turismo

Eixo Estruturante	Dimensão Observável	Indicadores Empíricos	Critério de Verificação
(i) Infraestrutura informacional e interoperabilidade	Existência de sistemas integrados e compartilhamento intersetorial	Plataforma integrada de dados; interoperabilidade entre secretarias; centralização informacional	Análise documental e verificação institucional in loco
(ii) Capacidade técnico-institucional de processamento	Transformação de dados em informação estratégica	Produção de relatórios analíticos; equipes técnicas especializadas; uso institucionalizado de dados	Evidência documental de rotinas analíticas e suporte técnico
(iii) Integração ao ciclo de políticas públicas	Uso efetivo da informação no planejamento e na decisão	Incorporação de dados em planos, programas e decisões administrativas	Cruzamento entre normativo, planejamento e prática institucional

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Com base nos três eixos estruturantes definidos na seção 2.3, Quadro 1, estruturou-se a matriz analítica apresentada no Quadro 2, que orienta a aplicação empírica do modelo ao caso de Caldas Novas (GO). A análise foi conduzida de forma sequencial, observando: (i) a existência de infraestrutura informacional e interoperabilidade institucional; (ii) a capacidade técnico-institucional de processamento e uso estratégico dos dados; e (iii) a incorporação desses fluxos informacionais ao ciclo de políticas públicas.

A seção seguinte apresenta os resultados da análise documental ampliada, organizados segundo esses três eixos, permitindo verificar empiricamente a hipótese central da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 RESULTADOS

A aplicação da matriz analítica (Quadro 2) permitiu examinar o grau de maturidade institucional da inteligência territorial aplicada ao turismo no município de Caldas Novas, considerando os três eixos estruturantes definidos no referencial teórico.

5.1.1 Infraestrutura informacional e interoperabilidade

A análise documental e a verificação institucional in loco evidenciaram a inexistência de plataforma integrada de dados que articule informações provenientes das secretarias de planejamento, turismo, fazenda, mobilidade e serviços de emergência (SAMU e BBM).

Foram identificados sistemas informatizados setoriais operando de forma isolada, sem interoperabilidade formalizada. Registros tributários, cadastros imobiliários, dados de mobilidade e relatórios operacionais não são consolidados em base territorial unificada.

Não foram constatados protocolos estruturados de compartilhamento automatizado de dados nem rotinas permanentes de integração intersetorial. O cenário observado caracteriza fragmentação informacional, ausência de padronização semântica e inexistência de interoperabilidade técnica e administrativa, configurando limitação clara no primeiro eixo do modelo.

5.1.2 Capacidade técnico-institucional de processamento de dados

Os órgãos municipais produzem registros administrativos relevantes, especialmente nas áreas de saúde, segurança e mobilidade. Entretanto, não se verificou institucionalização de rotinas analíticas voltadas ao cruzamento estratégico dessas informações.

Durante as visitas técnicas ao SAMU, ao Corpo de Bombeiros Militar e à Superintendência Municipal de Segurança e Mobilidade, observou-se que os dados operacionais são armazenados para fins administrativos e estatísticos internos, mas não são sistematicamente integrados a bases territoriais georreferenciadas nem utilizados para modelagens associadas à sazonalidade turística.

Embora os serviços pertençam a esferas administrativas distintas — municipal, estadual e interfederativa — o território impactado é o mesmo. Todavia, a informação territorial não circula de maneira estruturada entre as instituições, impedindo a consolidação de planejamento preventivo integrado. A gestão mantém caráter predominantemente reativo diante das pressões da alta temporada.

Não foi identificada equipe técnica dedicada à consolidação de inteligência territorial nem núcleo intersetorial permanente de análise estratégica, evidenciando limitação no segundo eixo analítico.

5.1.3 Integração ao ciclo de políticas públicas

A análise do Plano Diretor e dos instrumentos de planejamento municipal não evidenciou a incorporação sistemática de indicadores territoriais dinâmicos vinculados à pressão sazonal do turismo.

Os dados do SAMU e do BBM indicam que mais de 60% das ocorrências envolveram motocicletas, revelando padrão estrutural de mobilidade baseado no transporte individual. A maior concentração de ocorrências situa-se entre 12h e 23h59, período de maior circulação urbana e turística.

Essas evidências demonstram a existência de base empírica suficiente para subsidiar políticas de prevenção sazonais, reestruturação da mobilidade urbana, campanhas educativas específicas, reforço operacional em períodos críticos e implementação de transporte público estruturado.

Contudo, não foram localizadas diretrizes formais que estabeleçam mecanismos sistemáticos de cruzamento entre dados de turismo, cadastro imobiliário, mobilidade urbana e serviços públicos. As informações produzidas pelos diferentes setores não retroalimentam, de forma institucionalizada, o planejamento urbano ou turístico.

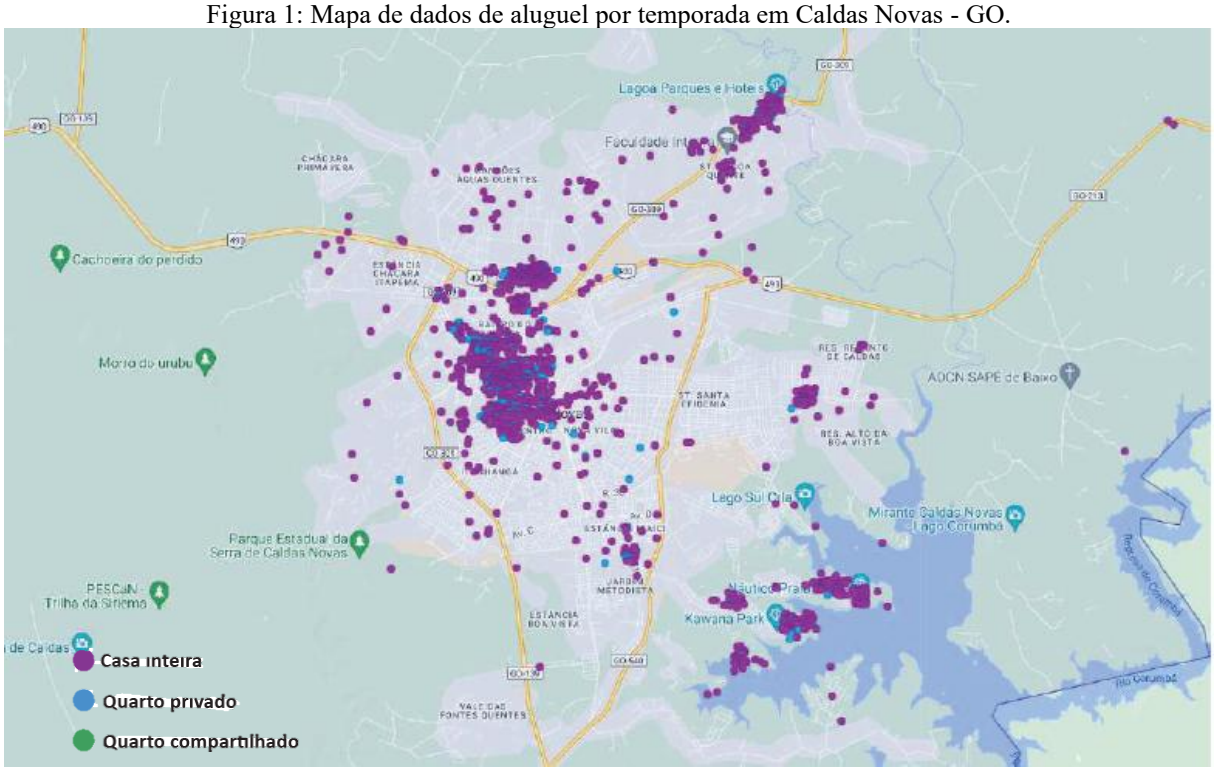
A informação é produzida, mas não convertida em inteligência territorial aplicada, evidenciando limitação no terceiro eixo do modelo.

5.1.4 Uso turístico de imóveis residenciais e regulamentação da locação por temporada

Os dados do Censo Hoteleiro 2022/2023, com base na plataforma AirDNA, indicam elevada concentração territorial de imóveis destinados ao aluguel por temporada.

Entretanto, tais unidades permanecem majoritariamente classificadas como residenciais no cadastro imobiliário municipal, configurando dissociação entre uso econômico efetivo e tipologia cadastral formal.

Figura 1: Mapa de dados de aluguel por temporada em Caldas Novas - GO.



Fonte: Censo Hoteleiro Caldas Novas – GO 2022/2023, p. 109. AirDNA acesso em Abril de 2023

No plano normativo, o município instituiu a Lei Complementar nº 099/2017, regulamentando a exploração econômica da hospedagem em imóveis particulares e viabilizando a incidência de ISS sobre atividades intermediadas por plataformas digitais como a Airbnb. A legislação entrou em vigor no final de 2017, com acordo operacional consolidado no início de 2018.

Todavia, não foram identificados mecanismos estruturados de integração entre:

- dados das plataformas digitais e cadastro imobiliário;
- registros tributários e georreferenciamento territorial;
- concentração espacial das locações e planejamento preventivo de serviços públicos.

Áreas com elevada concentração de locações temporárias não são formalmente reconhecidas como zonas específicas de pressão sazonal nos sistemas de planejamento urbano e operacional.

5.1.5 Síntese do grau de maturidade da inteligência territorial aplicada ao turismo

Quadro 3 – Síntese do grau de maturidade da inteligência territorial aplicada ao turismo

Eixo Estruturante	Evidências Empíricas	Grau de Consolidação	Implicações para o DTI
(i) Infraestrutura informacional	Sistemas setoriais não integrados; ausência de base territorial unificada	Baixo	Fragmentação da governança
(ii) Capacidade analítica	Dados não cruzados nem georreferenciados sistematicamente	Incipiente	Gestão predominantemente reativa
(iii) Integração ao ciclo decisório	Planejamento não orientado por indicadores dinâmicos do turismo	Baixa	Limitação estrutural à consolidação do DTI

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

5.2 DISCUSSÃO

Os resultados indicam que o município apresenta avanços normativos e informatização administrativa setorial. Contudo, tais iniciativas não configuram, isoladamente, um sistema consolidado de inteligência territorial aplicada ao turismo.

A leitura integrada do Quadro 3 demonstra que o principal entrave à consolidação de um Destino Turístico Inteligente não reside na ausência de instrumentos legais ou de tecnologias pontuais, mas na inexistência de arquitetura sistêmica de dados orientada à governança territorial.

No eixo da infraestrutura informacional, a fragmentação dos sistemas setoriais compromete a interoperabilidade e inviabiliza ambiente integrado de dados turísticos. No eixo da capacidade analítica, a inexistência de cruzamento sistemático e georreferenciamento revela maturidade institucional incipiente. Quanto à integração ao ciclo decisório, o planejamento permanece desvinculado de indicadores dinâmicos territorializados, resultando em gestão predominantemente reativa.

O caso da regulamentação da locação por temporada explicita esse descompasso institucional. A inovação normativa — pioneira no contexto nacional — formalizou a atividade econômica e viabilizou sua tributação, mas não foi acompanhada pela estruturação de sistema informacional capaz de monitorar e modelar seus impactos territoriais.

Observa-se que:

(i) no plano da infraestrutura informacional, a norma não resultou na consolidação de base territorial integrada entre cadastro imobiliário e sistema tributário;

(ii) na dimensão analítica, a potencialidade de modelagem da sazonalidade não foi institucionalizada;

(iii) no ciclo decisório, os dados não são incorporados sistematicamente ao planejamento urbano e turístico.

A hipótese central do estudo é, portanto, corroborada: a limitação da inteligência territorial em Caldas Novas decorre da fragmentação informacional e da ausência de institucionalização de processos analíticos intersetoriais, e não da inexistência de instrumentos normativos.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a consolidação da inteligência territorial aplicada ao turismo no município de Caldas Novas (GO), tomando como referência três eixos estruturantes: infraestrutura informacional, capacidade analítica e integração ao ciclo decisório.

Os resultados demonstram que, embora o município apresente avanços regulatórios relevantes e informatização administrativa setorial, tais iniciativas não configuram um sistema integrado de governança orientado por dados. A fragmentação informacional, a ausência de interoperabilidade e a inexistência de rotinas analíticas institucionalizadas limitam a transformação de dados administrativos em estratégia territorial.

À luz do referencial teórico adotado, conclui-se que essas limitações estruturais constituem entraves institucionais à consolidação de um Destino Turístico Inteligente (DTI). A ausência de arquitetura sistêmica de dados impede que o território seja monitorado, modelado e governado de forma dinâmica, condição essencial para a maturidade do DTI em cidades médias turísticas.

O caso da regulamentação da locação por temporada evidencia essa dissociação entre inovação normativa e consolidação sistêmica. A formalização da atividade econômica e sua tributação não foram acompanhadas da estruturação de mecanismos de inteligência territorial capazes de integrar dados, modelar sazonalidade e retroalimentar o planejamento urbano e turístico.

Conclui-se, portanto, que Caldas Novas ainda não reúne as condições institucionais necessárias para ser caracterizada como um Destino Turístico Inteligente. O principal desafio identificado não é tecnológico, mas organizacional e institucional: transformar dados dispersos em inteligência territorial aplicada ao desenvolvimento regional, estruturando uma governança integrada capaz de sustentar a transição para o modelo de DTI.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS – SEÇÃO GOIÁS (ABIH-GO). Censo hoteleiro de Caldas Novas – GO 2019. Goiânia: ABIH-GO, 2019. Disponível em: https://www.abihgo.org.br/sitewp/wp-content/uploads/2020/10/Censo-Hoteleiro-de-Caldas-Novas-2019.pdf. Acesso em: 3 nov. 2024.

AUNE, Anne. Human smart cities: o cenário brasileiro e a importância da abordagem joined-up na definição de cidade inteligente. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.pucrio.br. Acesso em: 19 set. 2024.

BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2003.

BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo. 10. ed. São Paulo: Senac, 2006.

BOYKO, C. T.; COOPER, R.; DAVEY, C. L.; WOOTTON, A. B. Addressing sustainability early in the urban design process. Management of Environmental Quality: An International Journal, v. 17, n. 6, p. 689-706, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Destinos turísticos inteligentes. Brasília: Ministério do Turismo, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/turismo. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2024–2027: o turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Brasília: Ministério do Turismo, 2024.

BUGS, G.; BORTOLI, F. Participação ativista-colaborativa utilizando cartografias digitais. V!RUS, São Carlos, n. 17, 2018. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus. Acesso em: 16 dez. 2018.

BUGS, G. Sistemas de informação geográfica para o planejamento urbano participativo: avaliação de estudos de caso. In: INTERNATIONAL CONFERENCE VIRTUAL CITY AND TERRITORY (CTV), 8., 2012, Rio de Janeiro. Anais [...]. Disponível em: https://revistes.upc.edu. Acesso em: 19 set. 2024.

BUGS, G. Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano. 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://lume.ufrgs.br. Acesso em: 3 jun. 2024.

BUGS, G.; GONÇALVES, A. R. Uso da cartografia digital interativa para a participação popular na gestão e planejamento urbano. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 9, n. 1, p. 110-123, jan./abr. 2017.

BUHALIS, D.; AMARANGGANA, A. Smart tourism destinations. In: XIANG, Z.; TUSSYADIAH, I. (ed.). Information and communication technologies in tourism 2014. Cham: Springer, 2013. p. 553-564.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. Journal of Urban Technology, v. 18, n. 2, p. 65-82, 2011.

DEPINÉ, Ágatha; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. Eficiência urbana em cidades inteligentes e sustentáveis: conceitos e fundamentos. São Paulo: Perse, 2021.

FIRMINO, R. J. A cidade e as tecnologias da informação e comunicação: gestão do desenvolvimento urbano-tecnológico. Redes, v. 12, n. 3, p. 168-190, 2008.

GIFFINGER, R. et al. Smart cities: ranking of European medium-sized cities. Vienna: Centre of Regional Science, Vienna University of Technology, 2007.

GIL-GARCIA, J. R. Towards a smart state? Inter-agency collaboration, information integration, and beyond. Information Polity, v. 17, p. 269-280, 2012.

GRETZEL, Ulrike; SIGALA, Marianna; XIANG, Zheng; KOO, Chulmo. Smart tourism: foundations and developments. Electronic Markets, v. 25, n. 3, p. 179–188, 2015.

HOLLANDS, Robert G. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? City, v. 12, n. 3, p. 303–320, 2008.

IGLESIAS, M. M.; BERGARA, S. S. Destinos turísticos inteligentes: conceptualización, desarrollo e implementación en España. Barcelona: Ostelea School of Tourism & Hospitality, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de influência das cidades – REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INVAT.TUR – Instituto Valenciano de Tecnologías Turísticas. Manual operativo para la configuración de destinos turísticos inteligentes. Valencia, 2015.

KITCHIN, Rob. The real-time city? Big data and smart urbanism. GeoJournal, v. 79, n. 1, p. 1–14, 2014.

LUIZ, Walter. Caldas Novas: uma cidade turística na sua intimidade. 1. ed. Caldas Novas: Edição do autor, 2005.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, Marina Monguilhott. Políticas públicas e destinos turísticos inteligentes: proposta de uma ferramenta de análise da situação de municípios brasileiros. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

NAM, T.; PARDO, T. A. Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions. In: ANNUAL INTERNATIONAL DIGITAL GOVERNMENT RESEARCH CONFERENCE, 12., 2011. Proceedings [...].

PANOSSO NETTO, Alexandre. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2010.

RABITE, C. A.; SOUZA, R. C. F. A cidade e sua complexidade: por uma abordagem cibernética de planejamento urbano inteligente. In: Limiaridade: processos e práticas em arquitetura e urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SEGITTUR – Sociedad Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas. Destinos turísticos inteligentes: manual operativo. Madrid: SEGITTUR, 2015.

SEGITTUR – Sociedad Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas. Montevideo has been certified as a smart destination by SEGITTUR. Madrid, 2023. Disponível em: https://www.segittur.es. Acesso em: 17 jan. 2025.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.